

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: PROCEDE

DECISÃO DO RECURSO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 20/2022

Processo nº: 23343.002960.2022-42

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 482/2022, vem decidir o recurso impetrado pela empresa WS INFORTEC COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 36.924.105/0001-84. Inicialmente, verifica-se que foi tempestiva a sua manifestação de interesse em recorrer, de acordo com a Lei nº 10.520/2002, a Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 10.024/2019. Não houve a apresentação de contrarrazões de recurso.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A legislação aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e a formulação de pedido de reforma da decisão da desclassificação da empresa.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso contra a decisão da Pregoeiro não terá efeito suspensivo. Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei nº 8.666/1993. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos, bem como aqueles enviados por fax, não serão conhecidos. Recebida a petição no prazo concedido, através do ambiente eletrônicos de processamento de contratações, portanto de forma tempestiva, preenchidos estão os demais requisitos legais.

DO RECURSO APRESENTADO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Pregão nº 202022 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

ITEM 8

WS INFORTEC COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº: 36.924.105/0001-84, por intermédio de seu representante legal, Waleria Silva Araujo Pina vem apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO.

Nos termos do que foi indicado na intenção recursal e conforme será desdobrado nesta peça, o motivo pelo qual o presente RECURSO é interposto está no fato de que o equipamento ofertado não atende ao requisito

" memória homologada pela DELL para Servidor Dell PowerEdge R730 "

, de modo que a RECORRIDA está sendo beneficiada indevidamente por oferecer produto inferior ao exigido pelo TR e quebrando a isonomia do certame, bem como o vínculo ao instrumento convocatório, de modo que o ato que aceitou tal proposta precisa ser reformado.

1) DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS RECURSAIS

A legitimidade recursal e o interesse de agir são verificados pela participação ativa da RECORRENTE no referido certame, tendo esta ofertado a oferta mais vantajosa para o referido Pregão.

Motivação e fundamentação seguem respectivamente, por escrito, nas sessões que tratam dos Fatos e do Direito, bem como o requerimento final que está sendo encaminhado

2) DOS FATOS

O referido certame teve seu andamento prejudicado pela aceitação equivocada da proposta da RECORRIDA, conforme segue:

O Edital é claro ao indicar que o modelo ofertado deve possuir as seguintes características:

"" Memória RAM DDR4 16GB com as seguintes características e especificações mínimas:

Tipo DRAM;

Tecnologia DDR4 SDRAM - DIMM 288-pin;

Capacidade de 16GB;

Velocidade de 2400 MHz (PC4-19200);

Chechagem de integridade de dados ECC;

Compatibilidade para trabalhar em Dual Rank no servidor Dell EMC PowerEdge R730;

Para uso em servidores Dell R730 de Services Tags são JZ4S442 e 842Y442;

Garan a de 3 (três) anos direta com o fabricante devendo apresentar comprovação quando da entrega do HD;

Caso a licitante oferte modelo que não o de referência deverá apresentar comprovação de que o HD é homologado pela Dell Computadores do Brasil LTDA.

Modelo Referência: Memória RAM 16GB para Servidor Dell PowerEdge R730 2666MHZ (DELL SNPPWR5TC/16G) ou memória equivalente e homologada pela DELL e para aplicação em servidores mencionados acima. ""

Ou seja, entre os requisitos mínimos exigidos, está clara a necessidade de que o equipamento seja """" memória homologada pela DELL para Servidor Dell PowerEdge R730 "".

Apesar disso, a RECORRIDA ofereceu MARCA KINGSTON Modelo KTD-PE426D8/16G, o qual não é uma memória homologada pela DELL para Servidor Dell PowerEdge R730.

Memórias homologadas pela DELL são da própria marca DELL.

Portanto, o equipamento ofertado pela RECORRIDA não atende os requisitos do termo de referência e, por isso, a proposta deve ser recusada, sob o risco de quebra do vínculo ao instrumento convocatório e da isonomia entre as licitantes,

3) DO DIREITO

O art. 3º da Lei 8.666 de 1993 dispõe que

Da licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Decreto 10.024 de 2019 determina no artigo 17, inciso I, que caberá ao pregoeiro, em especial, verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; e dispõe no artigo 39 que o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto (...) observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26. O parágrafo único do art. 7º explica, entre outras coisas, que devem ser considerados as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Complementarmente, o artigo 44 da Lei 8.666 de 1993 trata do Julgamento da Proposta. O §1º afirma que

É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Portanto, conforme listado nos dispositivos acima, a legislação que rege o processo licitatório é clara ao exigir que pregoeiros e equipes de apoio sejam diligentes na verificação da adequação da proposta aos requisitos do edital, e somente a estes, observando se a mesma atende às especificações técnicas e demais condições do instrumento, julgando objetivamente se o objeto ofertado atende aos requisitos sem utilizar qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. Ou seja, não pode a Comissão de Licitação adotar como critério técnico qualquer paradigma que seja estranho à previsão editalícia.

Isto assim se constitui pelo fato de que, para a Administração, eventual permissão para a tomada de decisão descumprindo requisitos editalícios configuraria grave ofensa à consecução do interesse público e ao princípio da legalidade, que preconiza pela atuação administrativa segundo a lei, isto é, mediante observação irrestrita das disposições contidas em lei, por meio da qual não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa pode fazer assim; para o administrador público significa deve fazer assim, conforme ensina Hely Lopes Meirelles. De sorte que, a fim de não incorrer neste processo na utilização de critério subjetivo, o que afrontaria também o princípio da igualdade entre os licitantes, é necessário que a proposta da RECORRIDA seja RECUSADA, pois NÃO cumpriu, na plenitude, os requisitos do Edital e, portanto, sua proposta não se constitui como sendo mais vantajosa para a Administração visto que se trata de produto inferior ao exigido.

4) DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a RECORRENTE que seja dado provimento a este recurso e que seja reformado o ato administrativo que equivocadamente aceitou a proposta da RECORRIDA. Que esta proposta seja recusada pelo não atendimento a requisito do termo de referência, face à vantagem indevida que se configuraria ao se permitir que seja aceito equipamento inferior ao requerido.

Assim concluímos, certos do provimento e gratos pela atenção.

Nesses termos,

Pede deferimento.

WS INFORTEC COMERCIO LTDA

WALERIA PINA
RG: 31602169 SSP/SE
Empresário Individual
DECISÃO DO PREGOEIRO

Transcorridos os prazos de recurso e de contrarrazões de recurso, diante das informações apresentadas no recurso impetrado pela empresa, o Pregoeiro e a equipe de apoio, acompanhados do Setor demandante, analisaram o Edital e seus Anexos, além do Aviso do ComprasNet, com o objetivo de tomar uma decisão conforme os princípios legais e constitucionais da licitação, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, isonomia e demais ditames presentes no ordenamento.

Primeiramente cumpre esclarecer que todos, público e, principalmente, as empresas participantes, tiveram ciência anterior ao edital de licitação, bem como declararam ciência e aceitaram todas as condições do edital e seus anexos. Caso a empresa não concordasse com os termos estabelecidos no instrumento convocatório, poderia tê-lo impugnado de forma tempestiva, requerendo a sua modificação e republicação, caso tivesse alguma motivação.

Vê-se que a EMPRESA RECORRENTE objetiva a revisão da decisão que aceitou a proposta da empresa vencedora, ao fundamento de que teria havido, de parte do Pregoeiro, equívoco na avaliação de seu conjunto documental. Não é o caso, todavia. Em primeiro lugar, como se cuida de licitação de itens de tecnologia da informação (TIC), as decisões pela aceitação, ou não, das propostas são fundadas em juízo técnico, exarado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS.

Consultado acerca das razões e das contrarrazões de recurso apresentadas, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS analisou ambas e, conforme critérios técnicos, elaborou o OFÍCIO Nº 198/2021/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, que transcrevemos, na íntegra, a seguir:

Em atenção ao recurso interposto pela licitante WS INFORTEC COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 36.924.105/0001-84, quanto ao item 8 do pregão 20/2022, procedemos análise da peça recursal, cujo mérito é de que o produto da proposta aceita não atende ao requisito editalício "Caso a licitante ofereça modelo que não o de referência deverá apresentar comprovação de que o HD é homologado pela Dell Computadores do Brasil LTDA".

Inicialmente cabe registrar que a recorrida DAITEC COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 44.645.723/0001-13, não apresentou contra razões.

Quando da análise da documentação técnica postada pela recorrida, foi entendimento da equipe técnica responsável pela análise, que as informações de compatibilidade apresentadas através do link "HTTPS://

WWW.KINGSTON.COM/BR/MEMORY/SEARCH/MODEL/90296/DELL-ALIENWARE-POWEREDGER730", supririam o requisito editalício "Caso a licitante ofereça modelo que não o de referência deverá apresentar comprovação de que o HD é homologado pela Dell Computadores do Brasil LTDA".

Agora, em vista do recurso interposto, analisamos novamente a documentação técnica da recorrida, e concluímos que COMPATIBILIDADE não se confunde com HOMOLOGADO e, portanto, a proposta da recorrida não atende ao requisito em questão.

Sendo assim e para observação do princípio licitatório da vinculação ao edital e seus anexos, deferimos o recurso apresentado e solicitamos que o item em questão retorne à fase de análise.

Vide OFÍCIO Nº 198/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-eletronico/4916-pregoes-eletronicos-2022-ifsuldeminas-uasg-158137>.

Portanto, as decisões tomadas no processo licitatório estão de acordo com a legislação vigente, conforme indicado nas razões acima, devendo, por isso mesmo, ser improvido o recurso oposto à decisão do Pregoeiro.

Encaminha-se a presente decisão para ratificação, ou não, da autoridade competente.

Pouso Alegre/MG, 07 de novembro de 2022

João Carlos Ferreira
Pregoeiro

Voltar